

Subjetividade e Violência: a produção do medo e da insegurança

Vera Vital Brasil

Resumo

Buscando contribuir para a problematização das produções contemporâneas de subjetividade frente ao fenômeno da violência, este trabalho apresenta discussões sobre alguns impasses vividos por profissionais psi na cena clínica, sobre a proveniência da violência, sua relação com o Estado e alguns dispositivos que nos permitam enfrentar a crescente produção da violência.

Palavras Chave: violência, subjetividade, Estado, medo/insegurança, dispositivos

“Até aceito que ele tenha sido assassinado pelos bandidos; afinal ele também era bandido... Mas o que não aceito é que dele restaram apenas os dentes... Eles mataram e desapareceram com o corpo: queimaram. Isto eu não consigo aceitar. Eu queria velar o meu filho. Agora, parece que os bandidos aprenderam a destruir as provas para não serem incriminados...”

(depoimento de uma paciente moradora de bairro popular)

A força expressiva do depoimento de uma mãe, resignada diante do assassinato do filho “bandido” - por este motivo considerado por ela e por muitos, merecedor de castigo de morte - e a terrível dor de não poder enterrá-lo, nos levou a um fio condutor que atravessa a violência de quem viveu o terrorismo de Estado

e a que está em curso atualmente nas cidades: a brutalidade da violência - no caso, do desaparecimento de corpos, tortura máxima que se pode infligir a uma pessoa - e a produção do medo e da insegurança.

Se os regimes ditatoriais se mantiveram através do terror de Estado, atingindo o conjunto da sociedade, mas dirigindo sua fúria repressiva principalmente aos opositores do regime, hoje, o medo e a insegurança, alicerces eficazes nos mecanismos de controle social, atingem diretamente a todos, e em especial os setores mais empobrecidos. Perpetrada por agentes do Estado e/ou por criminosos, experimentada em diversos grupos sociais, a violência se apresenta em todo o tecido social sob as formas mais perversas, ou mesmo de modo difuso, e é amplamente disseminada e dramatizada pela mídia. Como expressão significativa neste cenário, a corrupção, o narcotráfico, a criminalidade, a tortura - em geral protegidos pelo manto da impunidade - assumem proporções assustadoras

Com dez anos de experiência de assistência clínica a pessoas que passaram por situações de tortura na época da ditadura militar, e a atingidos pela violência atual, em 2001, o Projeto Clínico Grupal Tortura Nunca Mais deu início a uma investigação sobre violência e criminalidade. A pesquisa, intitulada “Produção da Violência e Subjetividade Contemporânea: construindo novos dispositivos transdisciplinares”, realizada em parceria com o Departamento de Psicologia da UFF, abriu alguns caminhos para pensar a problemática da violência atual e algumas articulações possíveis com a praticada pelo terrorismo de Estado.

Entrevistando equipes de profissionais de saúde, principalmente de saúde mental da rede pública de assistência, que trabalham em hospitais gerais, de emergência psiquiátrica, ambulatorios, Centros de Atenção Psicossocial, CAPS,

postos de saúde, foram mapeados alguns impasses que têm se apresentado na cena clínica. Como o objetivo da pesquisa é de contribuir para a problematização dos modos contemporâneos de subjetivação – processos de produção de si que se realizam com componentes heterogêneos, matérias distintas, vetores de diversas ordens - serão aqui expostas algumas discussões sobre os impasses acima referidos, sobre a proveniência da violência e sua relação com o Estado e alguns dispositivos que nos permitam enfrentar a produção contemporânea da violência.

***“ a questão da violência vem para
botar em cheque o nosso lugar, sempre...”***

O tema da violência atual incide na clínica desestabilizando os modelos tradicionais. Os relatos de situações em que a violência transborda, quer seja pela intensidade com que se apresentam, quer por seu caráter inusitado, têm posto os profissionais diante de impasses que colocam em cheque, não somente as referências teórico e técnicas, mas o modo de funcionamento social, as relações sociais, as atuais condições de cidadania.

Polarizações ou as relações entre o “fora” e o “dentro”

O que está dentro? O que está fora? Esta pergunta permeou os discursos dos profissionais sobre a procedência da violência na cena clínica: afetados pela experiência marcada por forte impacto, apontaram a dificuldade em diferenciar a dimensão de realidade ou delírio no discurso do paciente. Ainda que em algumas situações “ *se possa perceber que a violência é de uma outra ordem que não a do sintoma*”, em outras, os relatos levam a perguntar: afinal, de que tipo de produção

se trata? Da realidade brutal ou de uma produção delirante, semelhante a um verdadeiro filme de horror? Que dispositivos clínicos podem nos ajudar a escapar desta polarização?

A Realidade Delira?

“Temos às vezes dúvida se entre o que é trazido é um dado de realidade ou um delírio”

A questão da difusa fronteira que se apresentava entre a realidade “externa” e a “psíquica”, entre a dimensão da realidade e as produções delirantes, insistia em não calar. Inúmeras vezes os encontros se viram atravessados por depoimentos em que os terapeutas se perceberam paralisados diante da força e intensidade do relato do paciente, entre o que seria realidade ou delírio.

Nelson Coelho Júnior em “A Força da Realidade na Clínica Freudiana”, contribui para esta discussão e aponta o conceito de “**realidade clínica**” como um dispositivo capaz de romper com a dicotomia entre realidade “externa” e realidade “psíquica”. Esta polaridade, característica do pensamento freudiano, privilegia a noção de realidade psíquica e marcou a história das práticas clínicas. A potência deste dispositivo consiste na possibilidade de considerar os diversos planos ou níveis de realidade e temporalidades que se interpenetram, se superpõem, se cruzam e que constituem o acontecimento da prática clínica.

*“Níveis ou planos de realidade apontam para uma concepção espacial. Cabe também apontar para o aspecto temporal. A **realidade clínica** é uma e muitas ao mesmo tempo. É psíquica e externa ao mesmo tempo. É simultaneidade de percepções, afetos, pensamentos. É simultaneidade. Passado, presente e futuro ressitua-se em um contexto criativo onde as rígidas fronteiras dão lugar à possibilidade de circulação, à possibilidade de movimento.”*

(COELHO JÚNIOR, 1995, p. 190)

“A questão da violência, da fome e da miséria se aproximam a da loucura” “...uma violência imbricada com o abandono do Estado”

Uma segunda questão, associada à primeira, seria: com que recursos contamos no âmbito dos serviços que podem dar suporte às ameaças concretas da violência que atinge o paciente? Há dispositivos institucionais com que se possa contar? De onde vem a violência? A que serve?

Segundo os depoimentos, as unidades de saúde mental têm funcionado como um ponto de referência aos atingidos por situações de violência. Em busca de acolhimento e/ou provisão de medicamentos para o enfrentamento de situações limite, estas unidades passam a funcionar como pontos de ancoragem à clientela afetada pela violência. *“Há muita gente que chega aqui com um pedido de reconhecimento de que aquela situação de violência que está vivendo é realmente enlouquecedora”*, afirma uma psiquiatra. Enquanto pacientes e familiares fazem coro ao pedido de reconhecimento de que a violência é capaz de enlouquecer, profissionais de saúde de variadas unidades e especialidades parecem corroborar a visão de que a psiquiatria e a psicologia deveriam se responsabilizar em *“tratar”* os efeitos da violência. Sentindo-se impotentes e/ou incapazes de acolher tal demanda, e às vezes profundamente perturbados pelas narrativas, encaminham seus pacientes para as unidades de saúde mental, principalmente para as urgências psiquiátricas. E a “missão” se amplia: além da demanda para o atendimento clínico, estas unidades passam a ser uma referência de abrigo protetor aos ameaçados pela polícia ou pelo narcotráfico, até que outro tipo de suporte familiar ou institucional seja viabilizado.

A maioria da população que procura os serviços de saúde está atravessada pela pobreza e miséria, as políticas de segurança são meramente repressivas e o

abandono por parte do Estado a estas populações é notório. Desta maneira, os serviços de saúde mental passaram a ser um ponto de acolhimento e de apoio, com eventuais desdobramentos para outras instituições, como as citadas: Delegacias de Mulheres, Conselho Tutelar, Ministério Público, vistos como caminhos possíveis para que o paciente se fortaleça e afirme outros movimentos de vida.

Mas, assim como se apontam caminhos possíveis, os descaminhos também se apresentam: *“a violência chega aqui até na forma como a polícia e os bombeiros fazem a contenção dos pacientes. O que podemos fazer é um exame - apesar de que tem sido falha nossa não fazermos registros bem feitos - para apresentar aos órgãos competentes para que sejam tomadas as providências. Por outro lado, a atitude do Estado quando a denúncia é feita é muito frágil.”*

A violência silenciada

“Há certos momentos que não vemos a violência onde ela está...”

Estes impasses têm se apresentado sob diversas formas, dentre elas na própria dificuldade em expor as situações trazidas pelos pacientes. Alguns profissionais declararam não se lembrarem ou não terem experimentado situações que envolvessem a violência, *“por não ser a violência um fenômeno característico desta região e sim de outras”* ou então *“... a não ser a chamada violência doméstica”*.

A referência de que a violência não se apresentava na cena clínica por não ser característica da região, apontava não só para uma negativa da violência, pelo sofrimento que ela implica, mecanismo habitualmente utilizado, mas também para

um olhar mergulhado na distância de classe social, como se a violência fosse exclusiva das comunidades de baixa renda, das regiões faveladas.

Outra forma de evitarem confrontar-se com o tema dá-se através do encaminhamento do problema para outro profissional, em geral assistentes sociais, vistos como os que têm *“ingerência sobre estes assuntos”*. Articulada a esta posição, colocava-se a pergunta: *“Caberia ao psicólogo lidar com esta questão trazida pelo paciente?”* Na “identidade” de analista caberia tal intervenção? Isto não seria atribuição de um outro profissional? Não se correria o risco de romper com esta identidade ao considerar-se na cena clínica o problema da violência para além da “doméstica”?

Num primeiro movimento, poderíamos remeter estas dificuldades ao fato de que a atividade clínica está historicamente marcada pelo sigilo e falar em público sobre situações experimentadas seria expor o cliente e a si próprio. Marcada em sua história pelo intimismo e pelo privado, a clínica tem produzido efeitos perversos: silêncio, omissão sobre os processos, sobre os acontecimentos na cena clínica.

Mas a escuta é seletiva e a escolha muitas vezes recai no âmbito familiar como fonte inesgotável de conflitos e mal-estar. Possivelmente àquela a que os analistas estejam mais atentos, por ter sido a valorizada em suas formações. Possivelmente por lhes dar a ilusão, ou melhor, a “garantia” da preservação de sua “marca identitária”.

Cabe também considerar que a violência “doméstica” ou intrafamiliar tem sido, entre os diversos tipos de violências, a mais divulgada nos meios de comunicação através de campanhas e merecedora de atenção do Estado com a criação de serviços específicos para o atendimento de crianças, adolescentes e

mulheres. Mas este investimento, sem dúvida necessário, tem se limitado à violência doméstica. As violações cometidas por agentes do Estado, como torturas e maus-tratos, têm sido permanentemente encobertas e silenciadas e, ainda que algumas denúncias ganhem o espaço da mídia, a punição aos responsáveis tem sido praticamente inexistente.

A valorização da violência “doméstica”, do espaço “privado” pelos profissionais “psi”, retira o caráter “...político-social, encarcerando-o num terreno facilmente psicologizante, familiarizante e intimizante.”(COIMBRA, 2001, p.101)

Para a problematização destas questões que se apresentaram nos encontros e que, certamente, não estão restritas a possíveis intervenções do profissional de saúde mental - ainda que este possa contribuir no acolhimento e tratamento dos afetados pela violência - nos parece imprescindível levar em conta as produções da violência na relação com o Estado.

“...toda clínica, incluindo-se uma clínica dos afetados por esse tipo de violência, só pode ser entendida, vivida, como imediatamente política, resultado da problematização e da superação da dicotomia entre o individual e o coletivo, entre o psicológico e o social. A clínica se dá sempre numa relação com os acontecimentos que ultrapassam a vivência individual, abrindo-se inapelavelmente para a história e para a política, para os sentidos existenciais coletivos, para batalhas, derrotas e vitórias cujos efeitos transbordam os referenciais familiares ou relacionados a princípios universais intrapsíquicos, tão caros aos psicologismos e psicanalismos.”
(RAUTER, PASSOS, BENEVIDES, 2002, p.11)

Modulações

O sentimento de insegurança não é uma crispação arcaica devida a circunstâncias transitórias. É um modo de gestão dos Estados e do planeta para reproduzir e renovar em círculo as próprias circunstâncias que o mantém.

(RANCIÈRE, 2003, p.3)

No início dos anos oitenta as relações entre o Estado e Sociedade começam a dar sinais de uma nova ordenação social neoconservadora. O modelo

conhecido como “Bem Estar Social” sofre uma mudança: são colocadas em prática outras estratégias de controle social.

Entra em cena uma política de desinvestimento estatal com privatizações em vários setores; o mercado passa a ser a principal referência das relações sociais, os vínculos de trabalho são marcados pela desestabilização, se acentua o índice de desemprego. Valoriza-se o empreendimento privado em detrimento do público. Predomina o discurso sobre a eficiência, o livre mercado, a competitividade. Efeitos dos processos da globalização da economia e mundialização das novas questões sociais se manifestaram de forma simultânea e com especificidades em todo o mundo.

A relação político-social que se impôs através desta nova modulação do capitalismo se caracteriza pela freqüente ameaça de desestabilização da economia, pela crescente pobreza e miséria, pela ausência de condições de cidadania, pela impunidade dos agentes de Estado, pela corrupção, pela disseminação das práticas de violência.

Este modelo é hoje globalizado e cada país responde à aplicação desta ordem de acordo com suas características sociais históricas e geográficas. Excludente em seu próprio funcionamento, resultou numa profunda desigualdade social que se manifesta no chamado Terceiro Mundo através dos bolsões de pobreza e miséria jamais vistos. Desigualdade de oportunidades de vida, de acesso aos recursos e bens hoje disponíveis como saúde, educação, habitação, trabalho, segurança, conhecimento, participação política, dentre outras.

Como extensão inevitável do olhar que vê na pobreza a “causa” do incremento da violência, construiu-se uma imagem do pobre como uma verdadeira ameaça social. Como controlar a pobreza crescente senão criminalizando-a e

recorrendo a penalidades cada vez mais duras e/ou mesmo “eliminando” seus agentes? Hoje assistimos a um verdadeiro genocídio de jovens pobres na faixa etária de 12 a 29 anos. Ninguém desconhece que as populações pobres e vulneráveis têm sido freqüentemente associadas ao tráfico de drogas ilícitas e que a violência policial e do próprio tráfico, implacáveis na busca de domínio territorial, tem utilizado a tortura, o extermínio como métodos usuais de intimidação e de cooptação. A retaliação física é a tônica das relações de submetimento ao poder.

A ameaça do desemprego se soma à ameaça a integridade física e à suspeição. A instabilidade, a desconfiança, o mal-estar, a insegurança e o medo passam a compor o dia a dia das relações sociais. E, diante do sentimento de insegurança, de que não estamos suficientemente protegidos, são conclamadas ações mais eficazes para a contenção da violência. As críticas, que inicialmente apontavam como solução um urgente reaparelhamento das polícias, atualização dos equipamentos e formação de agentes policiais, não dão conta da questão.

Para a efetivação da transferência de poderes, que envolve uma desresponsabilização do Estado, para a sociedade civil, na mudança de paradigma acima referida, mecanismos de controle social são acionados. Como toda ordem que se impõe, utiliza ferramentas próprias para sua defesa e produção: o elemento integrador-desintegrador, a insegurança e o medo passam a reger as relações sociais. (PEGORARO, 1996). Sendo o medo um componente estratégico para a manutenção deste modelo, agências de largo alcance, como a mídia, contribuem decisivamente nesta empresa, tornando-se um inestimável aliado neste processo. Através de sua espetacularização e dramatização o medo e a insegurança se multiplicam. A televisão torna-se um instrumento de criação de realidade, como nos diz Bourdieu. Transmitindo-se diariamente a imagem da

criminalidade são acionados processos de alarme social, muitas vezes manipulados por interesses de forças conservadoras a favor da “lei e da ordem”. Além disso a massificação, o culto à liberdade individual, potencializando-se em individualismo exacerbado são amplamente difundidos pelos meios de comunicação de massa, prevalecendo sobre os princípios da solidariedade, da alteridade, fundamentos da vida coletiva.

As práticas de violência, amplamente disseminadas, efeitos das políticas de exclusão social e econômica, passam a inserir-se como norma social em variados grupos sociais, e em várias dimensões da vida social contemporânea.

Até os anos 80, os bandidos/traficantes detinham o “poder de justiça” local no vazio deixado pelas instituições do Estado. Mantinham seu domínio territorial principalmente através de práticas assistencialistas - pagando enterros, promovendo festas, buscando conquistar a confiança dos moradores – e de punição através de advertências e castigos corporais - e, em casos extremos, assassinatos - quando os códigos locais não eram respeitados. A partir de então, a lógica da violência se sobrepõe à assistencial, o recurso à violência como modo de interação entre os membros da comunidade e entre grupos que disputam o domínio territorial prepondera, e estas práticas ganham as ruas com maior intensidade e visibilidade. As ações de agentes do Estado nos anos 80 tornam-se cada vez mais violentas com as populações pobres; invasões da polícia em conjuntos habitacionais de baixa renda tornam-se mais freqüentes e respaldadas por mandatos judiciais de busca e apreensão “coletivos”, emitidos por juízes.

Nas décadas de 60 e 70, durante a ditadura militar, institucionalizou-se a violência contra os movimentos de resistência e oposição ao regime. É

importante considerar que as experiências de violência praticadas pelo terrorismo de Estado ao longo do século vinte, e que expuseram ao sofrimento e à morte milhões de pessoas, não foram implementadas pela ação da maldade ou loucura de alguns e sim por visarem à implantação de uma estratégia de controle, cuja forma mais brutal foi o genocídio: uma tecnologia de morte foi posta em experimentação. (BAUMAN,1998).

O modelo de Estado era marcadamente repressivo, policial, e hoje, ainda que com outros disfarces, assim permanece. O *“Estado abandonou suas funções de regulação social e dá livre curso à lei do capital.”* “...é o Estado reduzido à pureza de sua essência, ou seja, o Estado policial. A comunidade de sentimento que o sustenta e que ele administra em seu proveito, com a ajuda dos meios de comunicação de massa que não tem nem sequer a necessidade de pertencer ao Estado para sustentar sua propaganda, é a comunidade do medo.” (Jacques Rancière, Caderno Mais, Folha de São Paulo, 21 de setembro 2003, p.3).

O narcotráfico, a corrupção, os paraísos fiscais, a lavagem de dinheiro, o contrabando penetram nos mais variados grupos sociais e instituições do Estado, constituindo uma rede de ramificações amplas e poderosas. Porém, estas práticas não são marginais ao modelo, fazem parte de sua dinâmica própria.

Tavares dos Santos nos oferece um valioso dispositivo para pensar e analisar a violência: a microfísica da violência. Considerando a violência como:

“...um ato de excesso, qualitativamente distinto, que se verifica no exercício de cada relação de poder presentes nas relações sociais de produção do social”, e que “não basta remeter a violência às determinações econômicas e políticas, embora seguramente elas permaneçam atuando como causas eficientes” aponta um caminho *“...se aceitarmos a idéia de uma microfísica do poder de Foucault, ou seja, de uma rede de poderes que permeia todas as relações sociais, marcando as interações entre os grupos e as classes, podemos estendê-la conceitualmente aos fenômenos da*

violência: aparenta ser útil, portanto, superar as concepções soberanas do poder e da economia, para dar conta da microfísica da violência.”(TAVARES dos SANTOS, 2002, p.23)

Assim, em contraposição à rede de violências, atualmente em ação no emaranhado das relações entre diversos grupos sociais e agências estatais coloca-se na agenda a urgência na constituição de outras redes construídas no cotidiano do trabalho, que possam produzir rupturas no dispositivo da violência, fortalecer as práticas democráticas, redes baseadas na ética da solidariedade, no direito e respeito à vida.

Outubro de 2003

Referências Bibliográficas

- BAUMAN, Z. *Modernidade e Holocausto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- COELHO JUNIOR, N. *A Força da Realidade na Clínica Freudiana*. São Paulo: Escuta, 1995.
- COIMBRA, C.M.B. Práticas psi e Tortura no Brasil. *Revista de Psicologia Política* – Sociedade Brasileira de Psicologia Política, vol.1,n.2- julho/dezembro 2001, p.101.
- PEGORARO, J. El control social y el paradigma de la inseguridad. In: *Publicación de Psicoanálisis y Psiquiatria*, n.2. Buenos Aires: Etiem, 1996.
- RANCIÈRE, J. O princípio de Insegurança. *Caderno Mais*, Folha de São Paulo, 21 setembro de 2003.

RAUTER,C.; PASSOS, E.; BENEVIDES,R. Introdução: Clínica e Política: subjetividade e violação dos Direitos Humanos In: RAUTER,C.; PASSOS, E.; BENEVIDES,R (Orgs.). *Clínica e Política: subjetividade e violação dos Direitos Humanos*. Rio de Janeiro: Te Cora, IFB, 2002.

TAVARES dos SANTOS, J.V. Microfísica de Violência, uma questão social mundial In: *Revista da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência: Ciência e Cultura, Temas e Tendências*, no. 1, julho,agosto, setembro 2002.